

Estados dependem de recursos para cumprir os compromissos

O funcionalismo público é o "calcanhar de aquiles" de todos os orçamentos estaduais. Pagar os funcionários é um sacrifício que, às vezes, exige de cada Governo a utilização de toda a arrecadação e ainda recursos vindos de Brasília. Um dos exemplos dessa dificuldade é o Rio Grande do Sul que, após o recente aumento dado ao magistério, gastará todo o dinheiro arrecadado com o ICM — que corresponde a 90 por cento do total da receita — para pagar seus funcionários e ainda será insuficiente. O Estado recebeu Cz\$ 17,2 bilhões do imposto este ano,

mas tem uma folha de quase Cz\$ 1,6 bilhão mensal.

A situação do Governo gaúcho e de outros só não está pior graças ao Plano Cruzado. É que com o aumento das vendas cresceu o montante do ICM e os salários dos servidores continuaram congelados. O Rio Grande do Sul, que em 85 tinha uma folha de pagamento 38 por cento superior ao imposto, chegou a equilibrar o quadro, mas já a partir deste mês voltará a estourar os recursos destinados aos 200 mil funcionários.

Enquanto São Paulo e Minas Gerais repassam cerca de 80 por cento

do total do ICM para as despesas com pessoal, Goiás vive momentos dramáticos, sem ter de onde tirar mais dinheiro. No segundo semestre, a folha de pagamento do Estado consumiu toda a receita, tanto a oriunda de tributos quanto a repassada pelo Governo federal, prejudicando os investimentos.

Se o Maranhão tem um ICM que dá para a "conta-do-chá", cobrindo exatamente o valor de sua folha, o Amapá certamente está satisfeito por ser território e não ter que arcar com os encargos de Estado, bancados pela União. Lá, o Imposto sobre

Circulação de Mercadorias depositou este ano nas contas do Governo apenas Cz\$ 68 milhões, menos da oitava parte do necessário para manter seu quadro de funcionários, calculada em Cz\$ 564 milhões.

Quem menos gasta com o funcionalismo público é o Governo do Pará, que se contenta com um quadro que consome apenas 39 por cento de sua receita. O mesmo não pode se dizer do Piauí, um dos Estados mais pobres da Federação, que fechará 86 com uma receita anual de menos de Cz\$ 1 bilhão e uma folha de Cz\$ 160 milhões mensais.